



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA (UNILAB)
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS (IHL)
BACHARELADO EM HUMANIDADES (BHU)**

PEDRO BRUNO DE LIMA PEREIRA

**O TRABALHO INFANTIL E OS PREJUÍZOS AO DESENVOLVIMENTO
SOCIOEDUCACIONAL DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL DO
MUNICÍPIO DE ARACOIABA – CE NO ANO DE 2017**

**REDENÇÃO – CE
2017**

PEDRO BRUNO DE LIMA PEREIRA

**O TRABALHO INFANTIL E OS PREJUÍZOS AO DESENVOLVIMENTO
SOCIOEDUCACIONAL DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL DO
MUNICÍPIO DE ARACOIABA – CE NO ANO DE 2017**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades e Letras (IHL), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Silvana Fernandes Mariz.

REDENÇÃO – CE

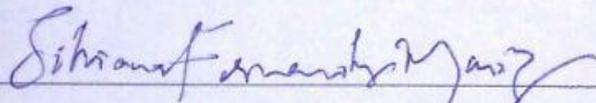
2017

PEDRO BRUNO DE LIMA PEREIRA

**O TRABALHO INFANTIL E OS PREJUÍZOS AO DESENVOLVIMENTO
SOCIOEDUCACIONAL DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL II DO
MUNICÍPIO DE ARACOIABA – CE NO ANO DE 2017**

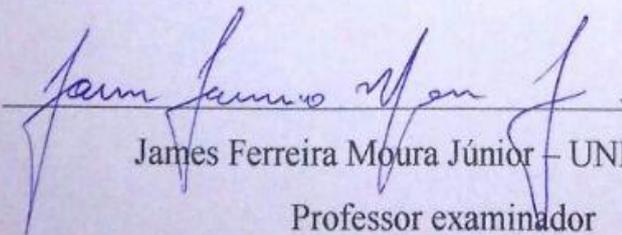
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades e Letras (IHL), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Banca examinadora



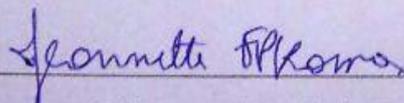
Silviana Fernandes Mariz – UNILAB/CE

Orientadora



James Ferreira Moura Júnior – UNILAB/CE

Professor examinador



Jeannette Filomeno Pouchain Ramos – UNILAB/CE

Professora examinadora

Data de Aprovação

20/12/17

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ter me dado saúde, força e paciência para superar as dificuldades.

À UNILAB e ao seu corpo docente, por todas as oportunidades e os ensinamentos compartilhados.

A minha orientadora Silviana Mariz, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

Ao professor James por ter aceitado participar da banca examinadora e somado seus conhecimentos junto aos meus.

À professora Jeannette por ter aceitado participar da banca examinadora e por todas as contribuições proferidas.

Ao meu pai (in memoriam), mãe e irmãs, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Aos meus colegas de turma, que compartilharam comigo cada momento dessa graduação.

À Escola de Ensino Fundamental Doutora Nágila Maria Pontes Paz Passos, por ter cedido seu ambiente para a realização dessa pesquisa.

E à todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação ou torceram pelo meu sucesso acadêmico, o meu muito obrigado!

Dedico este trabalho a toda minha família que sempre apostou e confiou em mim, aos meus amigos que me deram ânimo e entusiasmo para prosseguir e à todas/todos as/os professoras/professores que já passaram pela minha vida e deixaram sua contribuição.

RESUMO

O trabalho infantil é um problema social que requer extrema atenção da sociedade civil, do governo, da escola e das famílias para a sua erradicação. A presente pesquisa tem por objetivo investigar e analisar os aspectos que o trabalho precoce e as relações de exploração dele decorrentes causam não só no desenvolvimento escolar dos estudantes, mas também nos vários processos de amadurecimento físico, mental e social de crianças e adolescentes que exercem algum outro tipo de atividade fora da escola que não seja a de lazer. Este projeto de pesquisa também traz em seu bojo a reflexão sobre a necessidade de se reafirmar no campo acadêmico a defesa da garantia dos direitos das crianças, destacados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), enfatizando a divulgação das leis do nosso país que buscam disseminar essa prática da nossa sociedade. Traz ainda contribuições de Piaget (1995) para o campo da Pedagogia a partir de seus seis estudos de psicologia (1995) sobre o desenvolvimento mental das crianças em que analisa como os fatores sociais produzem a necessidade de inserção precoce no mundo do trabalho e dificultam o desenvolvimento cognitivo ao longo do processo de ensino-aprendizagem. Este projeto de pesquisa foi desenvolvido a partir da experiência de trabalho junto a uma escola do município de Aracoiaba situada na região do Maciço de Baturité (CE), por meio de pesquisa quantitativa com estudantes do ensino fundamental, a fim de identificar causas e consequências que afetam a sua aprendizagem. Partindo do pressuposto de que é importante, por um lado, reafirmar os benefícios da educação e, por outro, assinalar os malefícios trazidos pelo trabalho infantil, sendo um deles a não permanência na escola na vida dessas crianças e adolescentes, a presente investigação teve como iniciativa investigar e dialogar com os estudantes da faixa etária de 12 a 17 anos da importância da educação para o futuro deles, conscientizando também as suas famílias dos prejuízos que uma dupla-jornada infantil acarreta nas vidas das crianças, e apresentando aos profissionais da educação levantamentos do município de Aracoiaba acerca do assunto como forma de tomar medida preventiva a erradicação do trabalho precoce. Por consequência disso, procurou-se dialogar com a secretaria municipal de educação, família, professores e coordenadores, a fim de firmar parcerias e desenvolver projetos e atividades com os próprios estudantes para assim alertá-los do mal que o trabalho infantil causa em suas vidas, sobretudo em seus processos de educação escolar. A partir disso, buscamos identificar possíveis caminhos para mudanças no cenário socioeducacional do município.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho infantil, escola, ensino fundamental, ECA, Ceará

ABSTRACT

Child labor is a social problem that requires extreme attention from civil society, government, school and families to eradicate it. The present research aims to investigate and analyze the aspects that the early work and the relations of exploitation of it cause not only in the students school development, but also in the various processes of physical, mental and social maturation of children and adolescents who exercise some other kind of out of school activity other than leisure. This research Project also brings to the fore a reflection on the need to reaffirm in the academic field the defense of the rights of children, highlighted by the Statue of the Child and Adolescent and the Public Prosecutor's Office emphasizing the dissemination of the laws of our country that seek to disseminate this practice of our society. He also brings contributions from Piaget (1995) to the field of Pedagogy from is six studies of psychology (1995) on the mental development of children in which he analyses how social factors produce the need for early insertion in the world of work and make difficult the cognitive development throughout the teaching/learning process. This research project was developed from the experience of working with a school in the municipality of Aracoiaba located in the region of the Massif de Baturité (CE), through quantitative research with students of elementary education, in order to eradicate causes and consequences that affect this learning. Based on the assumption that it is important, on the one hand, to reaffirm the benefits of education and, on the other hand, to point out the harmful effects brought on by child labor, one of them being non permanence in school in the lives of these children and adolescents, to raise awareness among students in the age group 12 to 17 of the importance of education for their future, to make their families aware of the damages that a double child journey entails in the lives of children, and to present educational Aracoiaba on the subject as a way of taking preventive measure the eradication of precocious work. Secondly, a dialogue was sought with the municipal secretariat of education, family, teachers and coordinators, in order to establish partnerships and develop projects and activities with the students themselves so as to raise awareness of the harm that child labor causes in their specially in their school education processes. From this, we seek to identify possible paths for changes in the socioeducational scenario of the municipality.

KEYWORDS: Child labor, school, elementary school, ECA, Ceará

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Questionário Aplicado	38
Figura 2 – Gráfico por idade de alunos entrevistados.....	40
Figura 3 – Gráfico de estudantes que sempre foram integrados na rede pública de ensino....	40
Figura 4 – Gráfico de estudantes que exercem trabalho informal.....	40
Figura 5 – Gráfico de reprovação dos estudantes entrevistados.....	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

MPT – Ministério Público do Trabalho

LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação do Brasil

CF – Constituição Federal

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PETECA – Programa de Educação Contra o Trabalho e Exploração de Crianças e Adolescentes

PNE – Plano Nacional de Educação

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

SEDUC – Secretaria de Educação do Estado do Ceará

ONU – Organização das Nações Unidas

UNICEF¹ – Fundo das Nações Unidas para a Infância, em inglês, “United Nations Children’s Fund”.

¹ O Selo UNICEF é uma iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) para estimular os municípios a implementar políticas públicas para redução das desigualdades e garantir os direitos das crianças e dos adolescentes previstos na Convenção sobre os Direitos da Criança e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	11
2. DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA.....	16
3. JUSTIFICATIVA.....	18
4. PROBLEMATIZAÇÃO / CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA.....	21
5. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	24
6. REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	32
7. MÉTODOS / DESENHO DOS INSTRUMENTAIS DE PESQUISA.....	35
8. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E OUTRAS FONTES.....	41
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS FONTES.....	42

1. APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa de caráter exploratório propõe uma investigação acerca do trabalho infantil e sobre como programas de políticas públicas em erradicação a esse problema vem sendo trabalhados no município de Aracoiaba, cidade do interior cearense, localizada na microrregião do Maciço de Baturité² a 78 km da capital Fortaleza. Foi elevada à condição de município no dia 16 de agosto de 1890 pelo decreto nº 44 e, com aproximadamente 26.269 habitantes, o seu Índice de Desenvolvimento Humano, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) para o ano de 2010, foi de 0,615.

Aracoiaba, atualmente, dispõe de 18 escolas públicas municipais que ofertam o ensino fundamental. Uma dessas escolas, de nome Dr^a. Nágila Maria Pontes Paz Passos, localizada no Centro do município, foi escolhida como lócus para a realização desta pesquisa proposta neste projeto. A escolha dessa instituição se deu por ser a maior escola do município e que, após ter passado por processo de nucleação, ou seja, fechar prédios escolares do interior do município e concentrar os estudantes em sua grande maioria no Centro da cidade com o intuito de melhorar a assistência à instituição e aos alunos e conter gastos, passou a acolher cerca de 730 estudantes, divididos em 28 turmas do 6º ao 9º ano e acompanhados por 36 professores.

Ao longo do ano de 2017, comecei a trabalhar nesta escola e como eu já me encontrava matriculado em disciplinas do curso de Bacharelado em Humanidades, na UNILAB, cujo processo avaliativo repousava na produção de um projeto de pesquisa, resolvi me apropriar do meu cotidiano escolar enquanto professor e optei em conduzir uma investigação sobre a temática aqui já mencionada.

Segundo Rocha (2012), em seu artigo sobre o processo de efetivação do direito à educação básica obrigatória, o ensino fundamental até o ano de 2009 era a única etapa considerada obrigatória na educação nacional, condição alterada pela Emenda Constitucional (EC) daquele ano. O ensino fundamental compõe, desde a Lei de Diretrizes e Bases da

² Formação geológica localizada no sertão central cearense composta por 13 municípios e formada por rochas calcárias e graníticas, possuindo muitas cachoeiras, rios e vestígios de Mata Atlântica. A região tem três importantes rodovias a CE-060, a CE-065 e a CE-356 que dão fácil acesso em linha reta a capital Fortaleza e a 12 municípios do Maciço.

Educação Nacional nº 9.394/96, o sistema de educação básica brasileira, juntamente com a educação infantil e o ensino médio.

Considera-se fundamental abordar o assunto desta pesquisa nesta modalidade de ensino, porque é nela que ocorrem as maiores concentrações de matrículas e, conseqüentemente, maiores índices de reprovações e evasões escolares, percebendo-se com isso, a grande necessidade de implantação de políticas públicas para identificar possíveis variáveis que acarretam esses problemas antes citados para tentar conter esses prejuízos em crianças e adolescentes na faixa etária dos 07 aos 14 anos.

Na meta de universalizar o ensino fundamental, os dados oficiais demonstram que em 2010, 3,1% dos brasileiros de 7 a 14 anos ainda estavam fora da escola (IBGE, 2010). Apesar do percentual consideravelmente baixo, os números absolutos assustam: são cerca de 815 mil crianças sem estudar – metade desse percentual é de negras e pardas e vivendo nas regiões Norte e Nordeste (ROCHA, 2012, p. 11).

Nesse contexto, nosso país está em desacordo com a própria Constituição Federal de 1988 que estabelece o ensino fundamental como ensino obrigatório. O não cumprimento de tais deveres, por parte do poder público na erradicação de tais impedimentos para o avanço da educação brasileira no que diz respeito à inserção de crianças e adolescentes na escola, requer uma divisão de responsabilidades entre instâncias governamentais, já que a Constituição atribui aos municípios essa atuação no campo básico educacional.

Obviamente que os desafios enfrentados pelos municípios para garantir a qualidade do ensino fundamental, hoje, são outros. Assim, é preciso reconhecer a necessidade de adoção de políticas públicas mais efetivas, para atender a uma parcela “excluída” socialmente. Desse modo, segundo Brito e Senna (2013), o problema atual do ensino fundamental está situado, sobretudo nos fatores extra e intraescolares que dificultam a permanência na escola e a progressão escolar.

Um desses fatores que atualmente é considerado como uma das possíveis variáveis que impede o desenvolvimento socioeducacional de crianças e adolescentes é o trabalho e a exploração precoce impostos a esses dois grupos etários.

O entrave, contudo, é que, ao longo da história do Brasil, o trabalho de crianças e adolescentes sempre foi acolhido pela sociedade e, muitas vezes, visto como algo positivo por fazer desenvolver nesses grupos senso de responsabilidade e lhes garantir um processo de amadurecimento e de ingresso no mundo dos adultos. Sendo assim, essa prática acabou por se converter numa espécie de tradição do mundo do trabalho no Brasil, que ainda que marcada pela violência e pela exploração, desde a época da colonização, passou a ser tolerada, admirada e até mesmo elogiada.

Paganini, em seu estudo sobre as trajetórias históricas do trabalho infantil no Brasil, destaca o trabalho realizado pelos grumetes, como eram chamadas as crianças que realizavam as tarefas mais perigosas e penosas, sendo submetidas a diversos castigos até início do século XIX (PAGANINI, 2011). Nesse momento, de acordo com a autora, passou-se a dar um pouco mais de atenção à criança burguesa; mas, às demais, ainda era reservado um estigma de coisificação e usurpação de seus direitos e deveres, constituindo-se a partir dos sete anos de idade em ferramentas de capital no mercado de trabalho.

A transição da escravidão para o trabalho livre não viria a significar a abolição da exploração das crianças brasileiras no trabalho, mas substituir um sistema por outro considerado mais legítimo e adequado aos princípios norteadores da chamada modernidade industrial (PAGANINI et al PRIORI, 2011, p.4).

Somente a partir da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 5 de outubro de 1988, é que foram verdadeiramente incorporados novos direitos assegurados às crianças e adolescentes em geral. Nesse sentido, o artigo 227 dispõe:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à crianças e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2008).

Em 13 de julho de 1990, entra em vigor o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), através da Lei nº 8.069. Este documento, considerado um dos maiores avanços no campo do Direito da Infância e do Adolescente, trouxe um conjunto de normas disciplinadoras de direitos e de proibição de trabalho penoso em locais prejudiciais à formação e ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social do adolescente, como, por exemplo, a interdição de horários noturnos e de locais insalubres por serem considerados inadequados para jovens menores de 18 anos, sobretudo por se constituírem como impeditivos à frequência escolar (art. 67, I, III, IV) (BRASIL, 1990).

É em meio a essa responsabilidade de lutar pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, considerando cada fase do seu desenvolvimento e de sua escolarização, que a presente pesquisa de caráter exploratório busca analisar essa situação social no município de Aracoiaba (CE), a fim de investigar as políticas públicas na tentativa de prevenir e erradicar o trabalho precoce e garantir o avanço no desenvolvimento socioeducacional de crianças e adolescentes em uma realidade como a desta localidade.

O trabalho infantil é toda forma de atividade econômica, remunerada ou não, exercida por crianças e adolescentes que estão abaixo da idade mínima para a entrada no mercado de trabalho, segundo a legislação n. 8.069/90 em vigor no nosso país. No Brasil, em geral, o trabalho infantil ainda não é considerado crime, a não ser em suas formas mais nocivas (exploração sexual, regime de escravidão, maus tratos); mas, ainda assim, é necessário denúncia desde as formas mais simples, pois não estão em conformidade com as leis de garantias de direitos propostos pelo artigo 53 do ECA.

Esta pesquisa consiste também em um estudo sobre as causas e as consequências que o trabalho e a exploração das crianças e dos adolescentes acarretam em suas vidas estudantis e em suas relações sociais.

Desde a década de 1990, havia uma grande preocupação e inquietação por parte dos governantes em relação à realidade da exploração do trabalho infantil, sobretudo no Brasil. Foi nesse período que foi detectado um grande número de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e trabalho precoce em nosso país.

Tais fatos constatavam a necessidade da criação e implantação de políticas públicas que pudessem atender a demanda de crianças e adolescentes que estavam vivendo em estado de vida desumana enfrentando a dura realidade da exploração no trabalho... Por meio

disso, no ano de 1992, o Brasil passou a fazer parte do Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil, e em meados dos anos 1994, foi criado e instalado o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. (SILVA & RAMALHO, 2004, p.6)

Com o passar dos anos, outros programas sociais foram criados com o mesmo intuito e lançados pelo Fórum Nacional. Em 1996, a implantação e efetivação do Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil (PETI) foram aceleradas devido a muitas denúncias de crianças e adolescentes em situação de trabalho e, logo, foi disseminado para vários estados e municípios em parceria com as muitas secretarias de Assistência Social, ou órgãos assemelhados que identificassem em suas cidades, crianças e adolescentes na faixa etária de 07 a 15 anos que estivessem trabalhando em atividades inadequadas de acordo com as prescrições legais previstas pela Constituição Federal e que, também, se caracterizassem como trabalho infantil perigoso, penoso, insalubre e degradante. Em outras palavras, a prioridade de tais programas, desde a sua implantação, foi a de travar uma luta constante para propiciar o bem estar das crianças e dos adolescentes, oferecendo-lhes condições favoráveis de convivência e desenvolvimento socioeducacional e sociocultural.

Nesse contexto, em 2008 foi criado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), em parceria com as secretarias de educação do estado do Ceará, o Programa de Educação Contra o Trabalho e Exploração de Crianças e Adolescentes (PETECA), a fim de erradicar da nossa sociedade os males do trabalho infantil e garantir que 100% de nossas crianças e jovens estivessem dentro da escola e fora do mundo do trabalho e dos perigos das ruas, pois, segundo Piaget, “o conhecimento resulta da interação do sujeito com o meio que ele está inserido... E o período do desenvolvimento cognitivo revela em uma criança o constante processo de aprendizagem” (PIAGET, 1974, p. 13).

Dessa forma, é através da conscientização da sociedade, sobretudo, a do município de Aracoiaba, onde a investigação foi desenvolvida e aplicada, que é possível, por um lado ampliar os diálogos com os pais, professores, autoridades e estudantes sobre esse tema de extrema relevância social, com foco para reverter a situação do referido município na criação de possíveis projetos de políticas públicas a luz da temática; e, por outro, incentivar a valorização da educação como o caminho por excelência a ser trilhado a fim de promover a

superação do problemático cenário de evasão e de repetências escolares, bastante associados ao trabalho infanto-juvenil.

É amplamente sabido e comprovado, a partir de diferentes pesquisas (LOURENÇO, 2014. MEDEIROS, 2013. SIMÕES, 2016) que os prejuízos causados em muitas crianças que exercem algum tipo de atividade fora da escola são muitos e que eles incidem negativamente não apenas no desenvolvimento educacional, mas, sobretudo, nos processos de amadurecimento cognitivo, emocional e social. Por outro lado, é igualmente, conhecido e comprovado que a realidade em que vivem jovens e crianças, na maioria dos municípios pobres brasileiros, desempenham um importante papel para a compreensão dos limites e dos desafios que se colocam cotidianamente para as escolas como entraves ao seu sucesso enquanto instituição de ensino.

Vale ressaltar, ainda, que o trabalho infantil e as deficiências da educação no nosso país, de modo geral, e no nosso estado e município, de modo específico, caminham juntos, fazendo-se, então, necessária a reflexão sobre os prejuízos causados ao desenvolvimento socioeducacional de crianças e adolescentes.

2. DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

A construção dessa pesquisa exploratória de investigação e elaboração de projetos tem como foco de investigação os desdobramentos e as implicações do trabalho infantil e correlativamente de seus prejuízos causados ao desenvolvimento socioeducacional de estudantes do Ensino Fundamental da Escola Dr^a. Nágila Maria Pontes Paz Passos, localizada no município de Aracoiaba, no Ceará.

Segundo Tripp (2005), uma das características de um estudo pautado na pesquisa – ação é a identificação de estratégias de ação planejada que são implementadas e, sistematicamente submetidas à observação, reflexão e mudança. É um meio de investigação-ação a qual é sucintamente definida como toda tentativa continuada, sistemática e empiricamente fundamentada no aprimoramento da prática e sua relevância se justificam na participação social, na reflexão, na necessidade de administração do conhecimento e na ética do processo.

Sendo assim, ao me dirigir para a escola, agora não mais como mero local de trabalho, mas como *locus* de investigação, passei a orientar criticamente meu olhar para as dinâmicas do convívio na escola buscando, em primeiro lugar, investigar sobre as principais causas e

consequências do trabalho infantil e refletir como o Programa de Educação Contra o Trabalho e Exploração de Crianças e Adolescentes (PETECA) vem sendo desenvolvido no município de Aracoiaba e como vem sendo o seu processo de acolhimento pela comunidade escolar e não-escolar.

Contudo, ao começar a lidar com as problemáticas relacionadas e ensejadas pelo, conhecimento que fui adquirindo ao ter contato com o PETECA e com o universo e a cultura escolar da escola Dr.^a Nágila Maria Pontes Paz Passos, pude identificar o quanto se fazia necessário me aprofundar no campo de estudos sobre esse binômio “infância – trabalho infantil”, bem como sobre o processo histórico de formação do sistema de educação básica no Brasil.

Dessa forma, busquei incorporar a esta pesquisa o aprofundamento sobre a história da infância, do trabalho infantil e da educação básica, examinando, em particular, o processo de ampliação da educação básica no Brasil, especificamente da modalidade de ensino fundamental, na medida em que ela vem se constituindo, ao longo da história do país, como um dos principais instrumentos no combate ao trabalho infantil, que passou a ser cada vez mais visto, não apenas pelos especialistas da educação e da infância, como sendo algo perverso. Nesse sentido, acreditamos que vem ocorrendo, ainda que de modo limitado e problemático, a substituição do binômio “infância – trabalho infantil” pelo seu congêneres “infância – escola”, assumindo a instituição escolar uma função não apenas de vetor de transmissão de conhecimento, mas, acima de tudo, de promotora de cidadania.

E, por fim, mas não menos importante, fomos confrontados a refletir criticamente sobre como o trabalho infantil, apesar de várias ações efetivas em seu combate, continua persistindo na condição de ser um dos principais obstáculos para o avanço dos projetos nacionais de escolarização do país. Na verdade, ao mesmo tempo em que identificamos o processo de substituição do binômio “infância – trabalho infantil” pelo de “infância – escola”, pudemos também identificar que, em um país de capitalismo periférico como é o caso do Brasil, onde não há postos de trabalho suficientes para empregar toda a força de trabalho adulta, a exploração do trabalho infantil não é apenas um problema social relacionado à infância estritamente. Ela também é um problema, como dito antes, histórico, mas também social, político e econômico, e cujas dinâmicas mais são expressão das problemáticas do mundo dos adultos do que do mundo propriamente infantil. Deste modo, entendemos que não há como analisar a complexa relação pautada no tripé “infância – trabalho infantil – escola”

sem a ela relacionarmos outras questões estruturais que dão fundamento ao Brasil enquanto Estado-Nação capitalista.

Sendo assim, dentro dos limites de um Estado de capitalismo periférico cuja sociedade é profundamente marcada por múltiplas camadas de desigualdade e de assimetrias sociais, econômicas, políticas, geracionais, de gênero, de cor, dentre tantas outras, acreditamos ser imprescindível uma avaliação criteriosa sobre quais foram as principais políticas públicas de erradicação do trabalho infanto-juvenil no Brasil, destacando seus avanços e seus entraves.

3. JUSTIFICATIVA

Em uma sociedade marcada por desigualdades sociais, inclusive no campo da educação, a inserção de crianças e adolescentes no mercado de trabalho, por famílias em sua grande maioria menos favorecidas do ponto de vista econômico, passa a ser visto como algo necessário e vantajoso para a manutenção financeira do lar. Por esse motivo, abordar esse assunto apontando seus pontos negativos e maléficos para o desenvolvimento social, emocional e cognitivo de crianças e adolescentes, acaba se tornando uma tarefa difícil e reprovada por aqueles que acreditam estar sendo beneficiados.

Sendo assim, um dos pontos principais pelos quais consideramos ser esta pesquisa de suma relevância, não apenas para a promoção da ampliação e do acúmulo de estudos sobre essa temática tão complexa até hoje no Brasil, é o de sua potencialidade do ponto de vista pedagógico mais amplo cujos sujeitos envolvidos não são apenas os próprios estudantes, crianças e adolescentes, mas também suas respectivas famílias.

Desse modo, tratar deste assunto em um contexto social como o do município de Aracoiaba cujos índices de desenvolvimento humano ainda são tão baixos é de relevante importância do ponto de vista social; pois, acreditamos que através deste estudo, com a presença de pesquisadores na escola em contato com toda a comunidade escolar – o que inclui, discentes, docentes, núcleo gestor, familiares e demais colaboradores -, é possível fazer com que a população volte sua atenção para esse tema que merece ser explicitado e debatido dentro e fora do ambiente escolar. Vale salientar, que o baixo desenvolvimento educacional dessas crianças e adolescentes envolve inúmeras variáveis, sendo, portanto, importante reconhecer o trabalho infantil como uma dessas causas que mais impactam negativamente no sucesso escolar desse público; e afirmar isso, significa responsabilizar não apenas as próprias crianças e adolescentes ou suas famílias, mas, principalmente, a escola e o Estado, por não

desenvolverem programas, projetos e outras ações a fim de promover uma maior adesão desse público jovem ao ambiente escolar a fim de erradicar esse problema.

Entender a educação como arma de combate aos problemas causados no desenvolvimento socioeducacional das crianças pela exploração do trabalho precoce é fundamental; mas, para isso, ainda é preciso um debate maior e mais sistemático com os estudantes, com suas famílias e com os próprios profissionais que atuam nessa área para desenvolver políticas públicas de combate à ociosidade de crianças e adolescentes que, uma vez expostos nas ruas ficam vulneráveis a toda sorte de proposta, como, por exemplo, o de serem iniciados no tráfico de drogas ou em outras práticas ilícitas que costumeiramente optam em arremeter o serviço infanto-juvenil pela ideia de que a lei protege tal público.

Diante de tal cenário de vulnerabilidade, não apenas econômica, mas também social, decorrente de um Estado que não se ocupa com a criação de espaços de sociabilidade e que não fomenta efetivamente a construção do senso de cidadania em sua população através da oferta de serviços de qualidade nas áreas de lazer, educação e saúde, não raro identificamos na fala, sobretudo dos familiares que *“é melhor ver o filho trabalhando direito [sic] num comércio ou na indústria do que vê-lo sendo desviado pra vida do crime”*; sendo o argumento geral o de que *“pelo menos meu filho está aprendendo uma profissão”*.

Desse modo, entendemos esta pesquisa, através de seus possíveis resultados obtidos, como sendo um potencial instrumento de aprimoramento e de avanço no campo de estudos e das políticas públicas de combate à exploração do trabalho infantil, por três potencialidades nele contidas.

Em primeiro lugar, esta pesquisa se configura como um importante meio de detecção das variáveis locais que reforçam a exploração do trabalho infantil, por um lado; e, fragiliza os avanços da escola, por outro.

Em segundo lugar, este estudo, por se tratar não apenas de uma pesquisa de revisão bibliográfica, mas, principalmente, por se constituir enquanto uma investigação de campo, ele tem como abordagem metodológica a detecção de dados e também a sua análise, aferição e interpretação. Sendo assim, acreditamos que este estudo tem o potencial para, a partir daí, oferecer suporte para que políticas públicas de combate à exploração do trabalho infantil ainda mais eficientes e exequíveis possam ser pensadas e concebidas, pelo fato de este ser uma investigação pensada a partir da realidade específica do município de Aracoiaba, o que rompe com a tradição de se implantar projetos, programas e ações que não levam em consideração as especificidades locais.

E, em terceiro lugar, avaliamos que este projeto de pesquisa é bastante relevante no sentido de efetivar aquilo que se constitui, na verdade, em três pilares da própria universidade onde me encontro inserido na condição de estudante e jovem pesquisador, e é neste sentido que me sinto ainda mais grato por ter podido lhe dar prosseguimento. Entendemos esta pesquisa como a concretização de parte daquilo que foi estabelecido nas Diretrizes da UNILAB como sendo o seu compromisso com a interiorização dos saberes acadêmicos, com a aproximação entre universidade e comunidade externa, e, por fim, com a não dissociação entre a teoria e a prática (UNILAB, 2010).

Para a concretização desta pesquisa exploratória, já vimos trabalhando em uma escola pública situada no Maciço de Baturité, mas que não está diretamente vinculada ao raio de ação da UNILAB, pois esta, no Ceará, se encontra disseminada em apenas dois campi: dois, o da Liberdade e o do Auroras, estão localizados na cidade de Redenção; e um terceiro que fica no município de Acarape. Dessa forma, ter uma pesquisa conduzida numa escola situada em Aracoiaba, município que estando distante de ambos os municípios sede da universidade, se configura exatamente como a efetivação dessa promessa em interiorizar os saberes produzidos na academia; e, assim, aproximar cada vez mais a UNILAB das comunidades que dela se encontram distante do ponto de vista geográfico, rompendo um limite tradicional característico em várias universidades federais espalhadas pelo país que é o de se manter isoladas de seu entorno, encasteladas em pesquisas que não dialogam com as demandas locais e, portanto, não levam em consideração as necessidades existentes localmente. E, por fim, ao fazer da minha ação, enquanto docente na escola pública que posteriormente veio a ser o *locus* de pesquisa deste estudo, meu ponto de partida para a pesquisa, acabei transformando minha ação em pesquisa e a partir desta a ressignifiquei como base contínua para minha ação docente, num ciclo que me permitiu finalmente não mais dissociar teoria de prática e vice-versa.

Acreditamos, então, que um projeto de pesquisa como este pode contribuir para que a exploração do trabalho infantil deixe de ser visto como algo natural ou invisível ao campo educacional, pois os principais prejuízos da dupla jornada dos menores são perceptíveis dentro da escola, nas suas frequências, nos seus índices de apreensão de conhecimento, e muitas vezes resultando em evasão. Por outro lado, não podemos esquecer que os desdobramentos negativos da exploração do trabalho infantil não ficam somente na escola de educação básica, pois estes irão repercutir por toda a vida desses indivíduos, em suas condições físicas, mentais, emocionais e até mesmo morais.

Sendo assim, consideramos, sim, ser de extrema relevância abordar não apenas o próprio fenômeno em si, mas também as suas causas e suas consequências, pois nos leva a refletir sobre os desdobramentos futuros que essas crianças e esses jovens terão que conviver no dia-a-dia de suas vidas adultas e, isso ajuda a situar a escola em seu lugar de importância nas políticas públicas de combate à exploração do trabalho infanto-juvenil.

Enfim, acreditamos, em última instância, ser este projeto de pesquisa de suma importância e de interesse por possibilitar a conscientização de toda a população do município em que for aplicado, da importância da educação para a vida e o futuro de nossas crianças e adolescentes; pois é preciso firmar parcerias com a escola, famílias e com políticas públicas e programas que venham a ser desenvolvidos e aplicados devidamente para a erradicação desse problema.

4. PROBLEMATIZAÇÃO / CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Em meio a um cenário em que a educação brasileira se encontra em déficit com os reais parâmetros apresentados pelo Programa Nacional de Educação (PNE)³, é imprescindível se questionar onde repousam os entraves que continuam a produzir dificuldades para que crianças e adolescentes se apropriem efetivamente dos conhecimentos compartilhados em ambiente escolar e cheguem mesmo a impedi-los de estarem presentes em sala de aula.

Segundo Rocha (2012):

A importância da consolidação do PNE como política de Estado é de construção coletiva e democrática e cuja condução caminha para a real garantia e consolidação da expansão, democratização do acesso, permanência e conclusão de todos, sem qualquer tipo de exceção, com a devida qualidade em todas as etapas, níveis e modalidades da educação. (p.13)

³ O Plano Nacional de Educação foi sancionado em 2014 pelo Congresso Federal com a finalidade de direcionar esforços e investimentos para a melhoria da qualidade da educação no país pelos próximos 10 anos, estabelecendo 20 metas para alcançar tais objetivos. Os principais desafios desse plano estão relacionados à evolução dos indicadores de alfabetização e inclusão, sobretudo na educação infantil e fundamental, que estabelece que até o último ano vigente todas as crianças estejam matriculadas nestas modalidades de ensino, a fim de garantir a formação básica dos alunos na idade correta.

É fato que até o momento os instrumentos instituídos e as ações para a efetiva execução desse Plano, não deram conta de suprir todas as metas estabelecidas, seja pela falta de comprometimento do poder público com as camadas sociais excluídas ou pela pouca, ou nenhuma, participação popular nos rumos da política do país. Mas, para a devida atenção e cumprimento de tais deveres por parte do poder público, é preciso uma divisão de responsabilidades entre instâncias governamentais, uma vez que a própria Constituição atribui aos municípios atuação prioritária no ensino fundamental e na pré-escola. (BRITO&SENN, 2013)

No âmbito dessa discussão, enquanto funcionário da escola pública de ensino fundamental Dr.^a Nágila Maria Pontes Paz Passos, localizada no Centro do município de Aracoiaba (CE), ao ver-me desafiado a refletir sobre a educação básica no Brasil a partir de algumas disciplinas cursadas ao longo de minha graduação no Bacharelado em Humanidades da UNILAB, me pus a pensar, sobretudo, nos processos sociais que continuam impedindo, senão o acesso, pelo menos a permanência de vários jovens e crianças na escola.

No ano de 2016 desenvolvi, primeiramente, uma pesquisa nessa mesma escola refletindo sobre os índices de aprendizagem dos estudantes e os índices de aprovações ano a ano, para analisar se os parâmetros exigidos pelo Estado são justos se observarmos todas as realidades sociais e a imensa desigualdade que afeta também a educação. Logo em seguida, a coordenadora escolar me convidou a orientar alguns estudantes do ensino fundamental e a desenvolver trabalhos em parceria com o Ministério Público de Trabalho do Estado do Ceará (MPT – CE), com a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) e com o conselho tutelar do município, pois a escola estaria concorrendo ao Prêmio PETECA⁴, edição 2017.

Desse modo, coloquei-me a refletir sobre o contexto socioeconômico presente nesse município e, conversando com alguns estudantes, pude identificar algumas das condições sociais que os levam a realizar atividades de trabalho como forma de contribuir não apenas para a sua própria subsistência; mas, para a sua família⁵ também. Dessa forma, crianças e adolescentes passam a exercer funções de “mini adultos”, com obrigações e

⁴ O Programa de Erradicação do Trabalho e Exploração de Crianças e Adolescentes (PETECA) foi criado pelo Governo do Estado Do Ceará em 2008 e seu objetivo principal é garantir que toda criança e adolescente tenha direito à educação e a estar dentro do ambiente escolar, efetivamente matriculado, e fora do mercado de trabalho e dos prejuízos por ele trazidos quando iniciados precocemente.

⁵ Garantir o sustento da família é apontado pelos estudantes com os quais conversei como sendo o principal fator que os levam a ter que aceitar a trabalhar precocemente. Também foi destacada a pressão por parte das famílias para que esses estudantes ajudem financeiramente com os gastos domésticos por um lado; e, por outro, o contra incentivo em relação à vida escolar, ou seja, dentre os estudantes pesquisados, as famílias ao invés de incentivarem seus filhos a se dedicarem aos estudos, os estimulam a começarem a trabalhar o quanto antes.

responsabilidades, estando à mercê de todo tipo de violência por parte da sociedade e passando por dificuldades na sua formação como pessoas e cidadãos.

Para Schwartzman (2004), em geral, o trabalho tem um efeito perverso no desenvolvimento educacional da criança e do adolescente. Este efeito, no entanto, depende da idade dessa criança e desse adolescente, do tipo e da duração do trabalho, e, uma vez podendo afetar a sua frequência à escola, conseqüentemente pode interferir negativamente em seu aproveitamento e rendimento escolares. Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD, 2002), na população entre 05 e 17 anos, 91,7% dos que não trabalham frequentam escolas; em contraste, dentre aqueles que dizem trabalhar, apenas 80,7 frequentam a escola. Esta diferença se deve em boa parte ao fato de que os que trabalham são em geral mais velhos, residentes da zona rural e definidos como “pretos”.

E esse não é um cenário muito distante ou difícil de ser encontrado. Em Aracoiaba, entre as famílias com condições socioeconômicas aparentemente menos favorecidas, estimular os filhos ainda bem cedo a começarem a trabalhar continua sendo uma prática bem presente e preocupante. Foi, então, a partir dessa minha experiência enquanto jovem professor de uma escola pública de um município do interior do Ceará, que passei a estudar sobre a tensa interface entre a educação básica e o trabalho infantil.

A partir de uma busca de dados sobre a conjuntura nacional, cheguei ao Censo 2010 e às suas estatísticas que apontavam que 21% dos estudantes com a faixa etária entre 16 e 17 anos que trabalhavam, deixaram de frequentar a escola, e que 88,5% de jovens de 14 e 15 anos já tinham uma dupla jornada (Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010).

No Brasil, de acordo com o ponto de vista jurídico, já se nota uma redução nesses números, mas, ainda assim, 3,4 milhões de crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos ainda se encontram em situação de trabalho precoce, provocando sérios prejuízos em suas vidas. Sejam danos especificamente no campo educacional, sejam danos mais amplos que os afetarão possivelmente por toda a vida adulta, o que se sabe é que crianças e jovens que são, forçosa e precocemente, inseridos no mundo do trabalho, sobretudo do trabalho não-formal, acumulam uma série de malefícios que vão desde as dificuldades de aquisição de conteúdos escolares, passando pelo ciclo de “repetência-evasão”, e, chegando mesmo à prejuízos em seu desenvolvimento físico e psicológico, pelo fato de estarem mais vulneráveis a sofrer acidentes e a desenvolverem problemas de má formação óssea, além de desenvolverem baixa autoestima por se sentirem abandonados.

Apesar de a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, garantir que crianças e adolescentes, no Brasil, tenham assegurado acesso à saúde, educação, lazer, alimentação, profissionalização, liberdade, cultura, entre outros, o fato é que na prática tais direitos não são concretizados pela falta de políticas públicas que efetivem tais avanços legais no cotidiano das várias famílias de trabalhadores pobres no país.

A erradicação do trabalho infantil e a proteção dos direitos do trabalhador adolescente é dever de todos, e uma vez comprovada a denúncia, o infrator deve assinar termo de ajuste de conduta responsabilizando-se por meio de multa, pelos danos já cometidos, pois em nosso país, o trabalho infantil em geral, ainda não é tipificado crime, somente formas mais nocivas de real exploração que envolvam maus tratos e sexualidades é que pode levar à cadeia.

Nesta perspectiva, o enfrentamento à exploração do trabalho infantil através de políticas públicas no campo educacional e em âmbito municipal, requer ações e respostas imediatas; mas, é necessário também, em primeira instância, mudar a realidade social em que vivem as crianças e os adolescentes, pois a falta de políticas públicas, que procurem mitigar a desigualdade dentro do contexto escolar e que deem mais qualidade à educação básica brasileira, acentua ainda mais o movimento de empuxo de crianças e adolescentes para o mercado de trabalho informal e predatório.

Sob esses pontos e a partir da observação dos cenários nacional, estadual e municipal no que concerne às políticas de acesso e ampliação à Educação Básica, bem como por sabermos dos perigos das ruas e do ingresso no mercado de trabalho tão precocemente, o presente projeto de pesquisa busca analisar o caso específico de uma escola pública municipal de Aracoiaba (CE) a fim de identificar, examinar, interpretar e analisar criticamente quais são os desafios, os limites, os avanços e as potencialidades presentes em seu cotidiano escolar, bem como refletir sobre suas experiências exitosas no combate ao trabalho infantil e na efetivação da permanência de seus estudantes no ambiente escolar. Viu-se, então, necessário, conhecer e entender melhor o assunto, realizar campanhas e trabalhos com todos os envolvidos na educação e formação das crianças e desenvolver pesquisas com os próprios alunos para perceber suas dificuldades sócio educacionais.

5. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O desenvolvimento e a prática dessa pesquisa se sustentam quando paramos para ler sobre políticas públicas a fim de reverter o quadro e erradicar o trabalho infantil em nosso

país (Lei 10.097, de 2000) e dialogar com autores que em suas pesquisas se apropriam desse tema para discutir causas e consequências que a exploração do trabalho de crianças e adolescentes acarreta em seu desenvolvimento socioeducativo.

Do ponto de vista histórico, as crianças, sobretudo aquelas oriundas das camadas sociais mais pobres, sempre foram postas precocemente em situações precárias de trabalho e, no caso específico do Brasil, se consideramos o período colonial, era ainda mais comum que menores fossem explorados sem haver qualquer preocupação com a sua fase de desenvolvimento. Somente em meados do século XIX, a partir da emergência de novos valores e novas sensibilidades é que um novo olhar e uma concepção sobre esse ser criança é que vai aparecer.

A obra do filósofo francês Jean-Jacques Rousseau é considerada por muitos estudiosos da História Social da Infância o marco precursor e fundador dessa nova atenção dada às crianças que, antes, não passariam de “adultos em miniatura”. Uma vez dominando por conta própria suas necessidades básicas do corpo, como as de alimentação, hidratação e excreção, dessa criança pré-século XIX era exigido que se iniciasse no mundo dos adultos; e essa iniciação passava por vários setores da vida adulta, e principalmente o do trabalho. Sendo assim, não raro era possível identificar crianças entre 07 e 10 anos de idade, sobretudo as do sexo masculino, frequentando tavernas, campos de batalha e campos e oficinas de trabalho, se oriundas das classes de trabalhadores (ARIÈS, 1981)

Segundo os historiadores da infância, é a partir dos trabalhos de Rousseau que haverá um processo de revisão e de fundação de uma pedagogia exclusivamente voltada para a educação de crianças e jovens, pautada na supressão dos castigos físicos e corporais e no adiamento de seu ingresso no mundo do trabalho dos adultos. Sendo assim, na verdade, do ponto de vista histórico, essas mudanças só foram experimentadas pelas crianças filhas da emergente burguesia europeia dos 1800 em diante - época em que se passou a ter uma maior atenção em relação a essa questão por parte da sociedade. Quanto às demais crianças, pertencentes aos estratos mais baixos da sociedade, essas continuaram sendo submetidas ao trabalho desgastante e em condições desumanas (ARIÈS, 1981).

No caso específico do Brasil, foi somente no final do século XIX, após o término do sistema escravocrata e quase início da República, é que foi exigida a construção de uma nova identidade para o Brasil – uma identidade coadunada com os ideais de modernidade importados justamente da Europa. Sendo assim, compunha esse repertório de ingredientes cuja combinação levaria o Brasil ao tão sonhado caminho da modernidade o avanço cultural e

científico – entendido desde então como sendo possível somente através da educação escolar. Não que antes não existissem escolas para crianças e jovens. Elas existiram, sendo administradas principalmente por instituições religiosas – herança do período colonial quando os jesuítas inauguraram as bases para as escolas de ler e escrever.

Contudo, numa concepção moderna de escola e de trabalho, o entendimento de que a modernização do Brasil só aconteceria mediante a modernização de suas instituições de ensino só veio a ser mais disseminado no contexto da transição do século XIX para o século XX, época quando, segundo Paganini:

As mobilizações em defesa dos direitos humanos dos trabalhadores começavam a incorporar a defesa das crianças exploradas no trabalho e ao mesmo tempo em que o Estado passa a se preocupar com tal situação, começam a estabelecer discursos da importância da profissionalização. (PAGANINI, 2011, p.4)

Mas é somente em 1927 que o primeiro Código de Menores é criado no Brasil, quando é abandonada a postura de punir crianças e jovens e passa-se a adotar a postura de regenerar e educar. Nessa circunstância, após a promulgação de várias constituições federais durante esse século, à criança foram sendo reconhecidos e concedidos direitos; ao mesmo tempo em que cada vez mais pessoas organizadas, enquanto sociedade civil, passaram a se interessar por estudar, pesquisar e publicar estudos acerca do assunto. A partir de então, início da década de 1990, o campo da infância foi se constituindo como campo de estudo, sendo as documentações produzidas pelos estabelecimentos oficiais responsáveis por lidar com crianças e jovens passaram a ser apropriados como fontes de pesquisa, bem como as denúncias contra o trabalho e a exploração de crianças e adolescentes.

Piaget (1995) defende que o indivíduo, sobretudo o adolescente que passa por essa fase, se desenvolve a partir do meio que ele está inserido, e esse desenvolvimento é uma equilíbrio progressiva que começa quando nascemos e termina na vida adulta. Essa fase é possível, a princípio, por sofrer influências de fatores biológicos e em seguida graças à interação do sujeito com o seu meio físico e social. Essa situação obviamente se inverte quando o pólo privilegiado passa a ser a escola, pois Piaget acredita que a aprendizagem subordina-se ao desenvolvimento, e tem pouco impacto sobre ele, com isso minimiza o papel da interação social. (SANTOS, p.4).

No Brasil, o ingresso de crianças na escola formal entre os 04 e 06 anos na educação infantil, vinculado ao antigo conceito de alfabetização pode ser tratado como um preparatório para a criança adquirir maturidade para leitura e para a escrita. Mas, educadores e pesquisadores começaram a defender, baseados nos estudos de linguística, sociolinguística e psicologia do desenvolvimento humano que os processos de alfabetização e aprendizagem se iniciavam muito antes (ARELARO, 2010). Nesse contexto, o ensino fundamental brasileiro de 09 anos passa a ser o mais obrigatório para a formação não apenas educacional das crianças e adolescentes, mas como um fator promotor de seu desenvolvimento moral e social.

Observa-se com isso, que o meio social, contrário a escola, em que vive o adolescente, influencia diretamente na sua formação como pessoa e cidadã e o expõe ao risco de vulnerabilidade que as ruas oferecem para pessoas com baixas condições socioeconômicas. Exemplo disso são as situações de trabalho e exploração que as crianças são expostas por diversos fatores, mesmo estando abaixo da idade mínima proposta pela legislação brasileira para a entrada no mercado de trabalho, evidenciando claramente na sua vida escolar e relações sociais os malefícios do trabalho infantil no desenvolvimento da aprendizagem e socialização da criança.

Conforme Piaget e Vygotsky, as trocas estabelecidas entre o sujeito e o meio, através de processos dinâmicos de aprendizagem, fundamentam, consolidam e constroem o conhecimento do outro a partir da articulação entre os diferentes níveis de desenvolvimento motor, afetivo e cognitivo (PALANGANA, 2001). Estes processos devem ocorrer de forma mútua e interativa e é fundamental no desenvolvimento de aprendizagem das crianças, seja no equilíbrio de capacidades afetivas, formação de caráter, personalidade, auto-estima, raciocínio.

O trabalho infantil compromete esse desenvolvimento e desmotiva na criança a curiosidade em querer conhecer o novo, pesquisar, brincar, buscar informações. E suas consequências assumem proporções amplas e complexas, a partir do momento em que não afeta apenas o desenvolvimento da criança na formação de seu caráter e ponto de vista cognitivo, afetivo, social e educacional, mas também o desenvolvimento de suas condições sociais potenciais, se tornando ameaça no futuro da nação (SIMÕES, 2016, p.4).

Toda criança deve ter seus direitos, propostos pelo artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e pelo artigo 227 da Constituição Federal de 1988, garantidos e respeitados. É direito de toda criança assumir seu lugar na sociedade e gozar de educação e lazer com o intuito de aproveitar cada fase de seu desenvolvimento:

Nenhuma criança deve ter seu desenvolvimento forçosamente antecipado, pois as conseqüências são extremamente conflituosas e arriscadas. Assim, se torna indispensável o acompanhamento de forma mediada em todos os processos, respeitando o espaço, tempo, modo e formas inerentes a cada fase e idade. O ideal seria que todos tivessem ciência e respeito às dinâmicas desses processos, pois a lei deixa claro o lugar e a função de cada criança na sociedade, e, inclusive, regula penalidades para aqueles que insistem em desrespeitá-la. (SIMÕES, 2016, p.1)

Ainda assim, no Brasil, apesar da redução verificada, existem mais de 3,4 milhões de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos em situação de trabalho segundo o Censo de 2010, mas, aos poucos, nosso país vai se apropriando da lei 8.069 de 1990. No Brasil em geral, o trabalho infantil ainda não é considerado crime, apenas as formas mais nocivas é que são tipificadas como tal e enquadradas na lei citada anteriormente. Nesse contexto, o Brasil assume o compromisso de combater as piores formas de trabalho como exploração sexual de crianças, pornografia, maus-tratos, venda ou tráfico de menores e reconhecer como causa fundamental do trabalho infantil as baixa condições sociais prevendo soluções para melhorar o crescimento econômico e desenvolvendo projetos para atingir o progresso social.

Além das condições socioeconômicas, o trabalho de crianças e adolescentes depende também de outras variáveis como as características das famílias, o tipo de atividade, a ocupação e a posição na ocupação dos pais e onde eles vivem. Uma razão para isto é que cerca de 25% das crianças vivem sem os pais e quase todo o trabalho é de tipo informal, os meninos se concentrando nas ruas e na área rural e as meninas no serviço doméstico e manuseio de objetos cortantes, todos entre 10 e 17 anos. (SCHWARTZMAN, 2004).

Esses tipos de serviços causam um grande impacto na saúde dessas crianças e adolescentes que trabalham desde cedo, por isso, para garantir um futuro saudável para todos

os indivíduos, os cuidados devem começar na infância, pois os prejuízos não se apresentam de imediato e podem levar até cinco anos (KASSOUF, 2008). Esses prejuízos que são consequências do trabalho precoce são divididos em prejuízos físicos, que afetam a má formação óssea das crianças e constantes dores de cabeça e musculares, prejuízos morais como baixa auto-estima, sentimentos de indiferença e abandono e perda de identidade, e prejuízos sociais, como a evasão escolar e formação desqualificada no mercado de trabalho (LIMA, 2013)

A legislação brasileira permite o trabalho infantil a partir dos 14 anos na condição de aprendiz e dos 16 anos com carteira assinada desde que não prejudique suas atividades e frequências escolares. Os prejuízos na vida educacional e assimilação de conteúdos por parte dessas crianças ainda são grandes e bem presentes em nosso país, isso quando não é identificado casos de evasão, nesse sentido, o Brasil busca reverter esse quadro na tentativa de erradicar da nossa sociedade um dos principais causadores dessa deficiência.

A defasagem idade-série é uma característica bastante generalizada na educação brasileira que apresenta um dos piores índices de repetência escolar em todo o mundo. Nos anos recentes, houve um esforço sistemático por parte do Ministério da Educação e de muitos governos estaduais para reduzir o atraso escolar, mantendo as crianças em seu grupo de idade e compensando pelas deficiências quando necessário. (SCHWARTZMAN, 2004, p. 30).

Com esse perfil, estão crianças abaixo da linha da pobreza que devido ao trabalho “forçado” e cansaço do dia a dia não terão acréscimos no seu profissionalismo que só irá se agravar série a série, principalmente em cidades do interior e zonas rurais. Mas nessa situação há uma necessidade de avaliação caso a caso, pois ao mesmo tempo em que a baixa frequência escolar pode estar ligada à necessidade de trabalhar, pode também se ligar ao sistema educacional por não oferecer condições de ensino atrativas para os educandos. As políticas públicas não podem focar unicamente em proibir tal atividade, mas criar formas de descontinua-la, investigando o que está acontecendo (SCHWARTZMAN, 2004).

Sabemos que não existe uma política única para eliminar o trabalho infantil e retirar as crianças de um espaço que deveria ser ocupado por um adulto, no entanto, hoje temos maior e melhor conhecimento sobre as causas e consequências, o que pode nos permitir sugerir

possíveis melhorias nas políticas já existentes e na criação de novos métodos na busca de erradicar a exploração do trabalho infantil, preservando a segurança e a saúde física e psicológica das crianças (KASSOUF, 2007).

Segundo o artigo 32 da Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente adotado pela ONU:

“Os estados devem reconhecer o direito da criança de estar protegida contra a exploração econômica e contra o desempenho de qualquer trabalho que possa ser perigoso ou interferir em sua educação, ou que seja nocivo à sua saúde ou para o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social, adotando medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais, com vistas a assegurar a aplicação do presente artigo.” (MEDEIROS, 2013, p. 19)

O trabalho infantil expõe crianças a vários riscos, além de prejudicar seu desenvolvimento e configurar-se como violação de direito. Neste sentido, faz-se necessário realçar o dever jurídico-constitucional quanto ao desenvolvimento de políticas públicas de combate ao trabalho infantil, pois Medeiros nos alerta que,

São amplas e inesgotáveis as possibilidades de ocorrência do trabalho infantil e, em regra, a sua existência sempre poderá descortinar uma realidade de exploração, abuso, negligência ou violência, perante a qual incidirá a responsabilidade da própria família, de terceiros beneficiários do labor desenvolvido e também do poder público, podendo alcançar esferas civis, penais, trabalhistas e administrativas. (MEDEIROS, 2013, p.10).

O Conselho Tutelar da região, a Procuradoria Geral do Trabalho e o Ministério Público do trabalho, quando acionados ao receber denúncias de casos, devem agir imediatamente obrigando o infrator a assinar um termo de ajuste de conduta responsabilizando-se pelos danos já cometidos à criança explorada no trabalho por meio de multa. Em casos mais graves já citados nesta pesquisa, o explorador pode ser punido com pena de 04 a 10 anos de prisão em regime fechado sem pagamento de fiança. (LIMA, 2013)

Os educadores são os profissionais mais aptos a perceber e denunciar situações de trabalho contra crianças e adolescentes, pois na maioria das vezes os resultados desse mal são observados dentro da sala de aula com diversos prejuízos à escolaridade do menor, isso quando não o leva a evadir-se definitivamente do ambiente escolar. Os prejuízos físicos, morais e sociais também podem ser observados nesse contexto, pois crianças que apresentam cansaço, dores, dificuldade de socializar-se, baixa auto-estima, não reconhecimento dos seus direitos, são fatores em que a escola é parceira na identificação.

O trabalho infantil é uma realidade das classes menos favorecidas, sobretudo nas cidades do interior e nas zonas rurais, lugares que tem sido acometidos pela situação da desigualdade social, do desemprego e da falta de políticas públicas voltadas para a geração de renda, ocupação e emprego, sobretudo nas pequenas cidades do interior (LIMA, 2013). Nesta perspectiva, o enfrentamento à exploração do trabalho infantil tem sido buscado pelo Governo Federal através do programa PETI e pelo Governo do Estado do Ceará com a criação do Projeto PETECA em 2008.

Enquanto no primeiro programa, há uma política pautada na garantia dos direitos em que se busca a inserção, no cotidiano das crianças, do acesso ao lazer, ao esporte, à cultura e à educação com o objetivo de retirar esses menores da omissão das ruas; no segundo, o objetivo é conscientizar as sociedades das cidades do interior, onde esse projeto já está sendo desenvolvido, e da capital cearense sobre os malefícios que a exploração do trabalho de crianças e adolescentes traz para o seu desenvolvimento físico e mental, preparando professores para atuar nessa identificação e conversar sobre o assunto de forma séria e lúdica ao mesmo tempo com todos os envolvidos. Ambos esses trabalhos objetivam buscar soluções para o melhor rendimento de crianças e adolescentes no campo da educação e garantir seus direitos e deveres ao fazê-las se reconhecerem como são, evitando possíveis consequências adquiridas da exploração das ruas.

Para Lourenço (2014), em uma sociedade cada vez mais capitalista que estamos vivendo, o trabalho precoce vai sendo naturalizado por algumas pessoas e se tornando invisível para muitos ou até como uma realidade distante, mas como já é enfatizado por Marx (2006), no capítulo XXIII de *O Capital*, na mesma medida em que há o crescimento econômico e o desenvolvimento das forças sociais produtivas, há também o aprofundamento da miséria em que grande parte da população é jogada. E é baseado nessa miséria e nesse mundo capitalista que o trabalho infantil acontece, pois é inculcada, de modo equivocado, na cabeça das pessoas a ideia do lucro, seja a que custo for.

Tratar do combate da exploração do trabalho infantil não é tarefa fácil, pois não basta apenas conhecer os dados quantitativos que expõem esse problema na região estudada, é preciso buscar também os fatores que levaram à inserção desses meninos e meninas no mercado de trabalho, para então buscar soluções de erradicação.

Dessa maneira, o que não pode acontecer é que esse problema se torne invisível para a população, pois é um combate que deve acontecer de várias formas com muitas ações e participação de toda a sociedade. Fica claro com isso que antes de tratarmos dos prejuízos acarretados pelo trabalho precoce, tanto no âmbito educacional, quanto no âmbito físico e social, é preciso conhecer e observar a realidade local e não vender os olhos para um problema que pode até parecer distante, mas que está bem presente, e suas consequências também.

6. REFLEXÕES METODOLÓGICAS / ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Partindo do pressuposto de que se trata de uma pesquisa-ação fomentada no campo da educação e no tripé infância-escola-trabalho, faz-se uma reflexão, inicialmente, junto ao texto de Marli André (2001) no qual ela busca rigor e qualidade nas pesquisas que são desenvolvidas observando uma realidade educacional. A autora afirma que, para algumas pessoas, a pesquisa se instaura como algo que visa a geração de um conhecimento organizado, válido e transmissível e para outros como um questionamento sistemático, crítico e criativo. Em determinado momento, André questiona esses pontos e valoriza a existência da prática no desenvolvimento das pesquisas, pois, segundo ela, esta é a parte imprescindível para se obter um resultado de qualidade, quando a pesquisa é levada para discussão em sociedade na busca de novos critérios para avaliar o que é produzido.

Outra autora, Wivian Weller (2006), dialogando com os pensamentos apresentados por Marli André, pensa justamente na falta de ação que ainda existe nas pesquisas sobre juventude e educação atualmente. Ela atribui essa deficiência ao fato do curto prazo estipulado para a entrega das pesquisas acadêmicas ou por atribuímos maior grau de importância à fundamentação teórica do trabalho; e, dessa forma acabamos nos esquecendo de consolidar os projetos na prática, nos resultados, na coleta de dados, nas análises e nas escolhas teórico-metodológicas. Weller defende que o pesquisador deve mergulhar no universo do pesquisado e possuir um controle metodológico permanente do processo de interpretação, seja ela

formulada ou refletida. As observações e interações do sujeito com o meio são para evitar conclusões equivocadas.

Na pesquisa realizada por Feitosa (2004), a autora se apropriou dos grupos focais família e escola para discutir e entender um pouco da realidade daqueles que vivem cotidianamente envolvidos com a questão do trabalho infantil. Feitosa e Dimenstein utilizaram-se de pesquisa qualitativa e investigação formulada segundo Weller (2006), reescrevendo o que foi dito pelas informantes, que nessa pesquisa foram mães e professoras, para uma linguagem que pode ser compreendida por todos, inclusive por quem não esteve naquele meio, com o intuito de compreender os fenômenos sociais, subjetivos e disciplinares.

Já na pesquisa realizada por Silva (2010), o objetivo era analisar números/dados da exploração do trabalho infantil em um contexto nacional pensando possíveis respostas, refletindo concomitantemente com a comunidade acadêmica, movimentos sociais e sindicatos, debatendo com os textos e com as análises estatísticas dos números e propondo teorias metodológicas para compreender e, conseqüentemente, diminuir os índices dessa problematização.

Dito isso, essa pesquisa se fundamenta em todos os aspectos teórico-metodológicos citados anteriormente. A escola esteve presente como campo de pesquisa e as crianças e adolescentes como instrumentos de investigação seguindo o pensamento de André e Weller no desenvolvimento da pesquisa-ação. A família e os educadores foram parceiros no diálogo para compreender a realidade local por meio de entrevistas e questionamentos como havia sido feito por Feitosa e Dimenstein. E o trabalho infantil, junto à falta de conscientização da família e das crianças acerca da importância, única e exclusivamente, da educação na vida e no desenvolvimento dos menores, entendido como um dos principais entraves para o avanço educacional da região foi transformado e interpretado, assim como havia feito Silva, a partir das informações coletadas em números e gráficos.

As análises provisórias obtidas até o momento desta pesquisa já nos permite antecipar algumas informações cujos detalhes nos informam uma ideia geral do perfil infanto-juvenil presente na escola Dr.^a Nágila Maria Pontes Paz Passos.

A partir da aplicação do questionário utilizado para traçar o perfil pessoal, sócio econômico e escolar de estudantes entre 12 e 17 anos matriculados do 6º ao 9º ano, foi possível observar que a porcentagem de alunos que já reprovaram algum ano escolar é bem significativa e logo, em seguida, é possível constatar que esses mesmos alunos que já reprovaram são advindos de escolas particulares; quando oriundos da escola pública, esse

número é pequeno. A partir dessa informação, chegamos à reflexão de que a mudança do sistema privado para o público não se deu em consequência de uma busca por melhor qualidade de ensino para os filhos, crianças e adolescentes, mas tão simplesmente por acreditar que ter os filhos estudando em uma instituição pública de ensino é mais prático e fácil de burlar determinadas regras do que se eles continuassem estudando numa escolar particular, não excluindo claro, por se tratar de um município do interior cearense, os problemas socioeconômicos que permeiam a realidade local.

Em outro momento do questionário foi perguntado se os alunos gostavam de estudar, o que torna questionável as suas respostas por ser tratar de gosto e preferências. Ainda assim, um número razoável afirmou com sinceridade que não, e percebe-se logo em seguida que esses mesmos alunos que não gostam de estudar, em sua grande maioria, são os que marcaram que exercem algum tipo de atividade fora dos estudos, e muitos deles não moram junto com os pais, mas são criados por outros membros da família, ou foram adotados, ou são filhos de pais separados.

Com as análises proferidas por meio desta pesquisa quantitativa, observa-se que uma das grandes variáveis que impede o avanço da educação é justamente outra atividade exercida pelos alunos de trabalho, seja ele remunerado ou não. Essas funções de mini-adultos e sem a importância que a própria família dá para o assunto, faz com que crianças e adolescentes não gostem de frequentar a escola, resultando em reprovação, evasão e outros prejuízos no desenvolvimento escolar.

Com o questionário aplicado junto aos alunos e em uma conversa íntima com algumas famílias de tais estudantes que foram convocadas a vir até a escola, pudemos observar que falta mesmo é um diálogo de conscientização até mesmo com os pais e com essas crianças e adolescentes que aparentemente não têm nenhuma perspectiva de futuro. Já com os profissionais atuantes na área da educação, concluímos que é um problema avaliado quase que como invisível; sendo o fracasso visto como mais uma, dentre tantas, variável a interferir no processo de ensino-aprendizagem. Mas, o mais preocupante foi o fato de, tanto familiares quanto profissionais, pouco reconhecerem casos de trabalho infantil em suas proximidades; mudando de opinião apenas quando confrontados com os dados que foram apresentados e questionados.

Observamos, por fim, o sucesso no rendimento escolar e na participação e interesse dos estudantes com as ações desenvolvidas em sala de aula no contra turno por algumas alunas orientadas por mim no desenvolvimento do projeto em parceria com o programa

PETECA do governo do estado. O que se pode afirmar com clareza, é que assuntos como esse são pouco discutidos e geram interesse por ser algo “novo” e polêmico. As atividades lúdicas incentivaram muitos alunos, até mais do que o esperado, a participarem de ações que divulgam a pesquisa e o problema para a sociedade, viu-se uma grande vantagem para eles em saírem de casa para vir até a escola “trabalhar” em algo que despertasse seus interesses.

O trabalho infantil já havia sido muito discutido, mas ao longo do tempo foi se tornando invisível para a sociedade. A prática foi se naturalizando como consequência da imensa desigualdade social que o nosso país vem apresentando no decorrer dos anos e a cada governo; e o mais problemático é que como esse tipo de atividade, em muitas das vezes, serve como fonte de renda para famílias menos favorecidas, fica ainda mais difícil romper com essas práticas que muitas das vezes acabam se desdobrando em ações que envolvem exploração e maus-tratos contra a criança e o adolescente trabalhador.

7. MÉTODOS / DESENHO DOS INSTRUMENTAIS DE PESQUISA

7.1. MÉTODO DE PESQUISA

O método utilizado nessa pesquisa foi misto, primeiramente com questionário aplicado com 80 alunos do ensino fundamental II da EEF. Dra. Nágila Maria Pontes Paz Passos do município de

Aracoiaba no estado do Ceará, e em seguida, entrevista semiestruturada com profissionais envolvidos na educação e garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

A escolha desse método se deu por possibilitar um melhor aproveitamento dos dados coletados no questionário e abrir espaço para um diálogo sobre o assunto a partir das informações adquiridas, pensando em conjunto na melhor maneira de trabalhar o assunto por meio da junção e percepção de legitimidade de tais pesquisas qualitativas e quantitativas.

Esses procedimentos se desenvolveram em resposta à necessidade de esclarecer o objetivo de reunir dados diversos em um único estudo (ou em um programa de estudo). Com a inclusão de métodos múltiplos de dados e formas múltiplas de análise, a complexidade desses projetos exige procedimentos mais explícitos. Esses procedimentos também foram desenvolvidos, em parte, para atender a necessidade de ajudar

os pesquisadores a criar projetos compreensíveis a partir de dados e análises complexas. (CRESWELL, 2010, p.211)

Entende-se que é difícil discutir o tema do trabalho infantil e seus prejuízos ao desenvolvimento socioeducativo das crianças por envolver múltiplas questões e causas que podem levar a pesquisa a se tornar mais sólida e ao mesmo tempo mais complexa. Nesse sentido, a escolha desse método nos ajuda a entender, discutir e levantar melhores hipóteses numa conjuntura mais ampla, sobre os motivos e as consequências do assunto em questão, e nos leva a melhor pensar em como proceder para desenvolver tal projeto em meio a um cenário prejudicado, sobretudo, pelo trabalho e exploração de crianças e adolescentes.

7.2. TÉCNICAS UTILIZADAS

A técnica utilizada nessa pesquisa seguiu a análise de dados, como também seguiu o roteiro de narrativas. No caso do questionário aplicado com os alunos para coletar dados e informações acerca das suas realidades, o aluno poderia assinalar apenas um item para que em seguida por meio de gráficos pudéssemos melhor analisar possíveis causas que levam a criança ao mercado de trabalho precocemente e acompanhar de perto seu rendimento escolar.

Logo depois, passamos para entrevistas semiestruturadas com alunos escolhidos por meio do questionário aplicado anteriormente para validar as informações e sequencialmente diálogos com profissionais da educação do município a fim de buscar soluções para melhor abordar o assunto com os educandos.

Com isso, o material coletado foi organizado para melhor avaliação e utilização conforme a necessidade de uso e aplicação. Foram pensadas ideias para levar o assunto para os arredores da escola em que o projeto está sendo desenvolvido a fim de conscientizar os alunos do melhor aproveitamento dos seus estudos e da única obrigação que eles têm que ter quanto criança, a de estudar, além de alertá-los dos prejuízos reconhecidos em decorrência do trabalho e exploração infantil.

7.3. LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em uma escola de ensino fundamental II em uma cidade do interior do estado do Ceará, mais precisamente situada na região do Maciço de Baturité. A escola Dr^a. Nágila Maria Pontes Paz Passos recebeu esta pesquisa como forma de identificar em suas extremidades crianças do próprio município que ainda se encontram em condições vulneráveis de trabalho e no ócio das ruas, e alertar a elas e suas famílias dos danos causados por tal atividade realizada precocemente, garantindo que 100% dos alunos do município de Aracoiaba estejam dentro do ambiente escolar.

A pesquisa foi desenvolvida nos meses de maio a agosto, pois a escola estava recebendo do Ministério Público do Trabalho do estado do Ceará e das demais secretarias de educação, a capacitação do Programa de Educação Contra o Trabalho e Exploração de Crianças e Adolescentes (PETECA) para ser trabalhado o tema da melhor forma com os alunos. A escola também viria a concorrer ao Prêmio PETECA 2017, o que gerou uma luz para melhor incentivar os estudantes a abordar o assunto em sala de aula, mesmo que de uma forma lúdica e em horário extra aos estudos, pois os mesmos estariam ocupados tratando de um tema sério da forma que eles mais se identificassem.

O município de Aracoiaba conta com escolas nucleadas, e a escola escolhida situa-se no Centro da cidade e acolhe cerca de 730 alunos da Sede e comunidades vizinhas. É a maior escola do município.

7.4. PERFIL DOS PARTICIPANTES

Os participantes dessa pesquisa são 80 alunos aleatórios do ensino fundamental, divididos em 25% de entrevistados para cada turma do 6º ao 9º ano com idades entre 12 e 17 anos, sendo 57,5% do sexo masculino e 42,5% do sexo feminino, residentes e matriculados na escola do município em que o projeto está sendo desenvolvido. Desses estudantes que responderam ao questionário, 77% sempre estudaram em escola pública, 73% já reprovaram algum ano escolar, 34% afirmaram realizar algum tipo de atividade, remunerada ou não, além do estudo, mais de 90% dos entrevistados não se reconhecem negros e/ou se intimidam em se afirmar como possuidor de uma cor de pele mais escura e 29% não moram com os pais e apresenta problemas familiares. Essas informações podem nos ajudar a perceber possíveis variáveis que levam a criança ou o adolescente a inserir-se precocemente no mundo do

trabalho e colocarem a vida escolar em segundo plano. Em seguida, foram selecionados a partir desse levantamento, os casos que apresentaram na minha visão de professor e pesquisador, maiores necessidades de assistência quanto ao assunto tratado. Logo após, os estudantes foram convocados em sigilo para validarem informações e realizarem entrevistas. Outro público alvo em meio a essas entrevistas foi o de profissionais da educação e estudiosos do assunto em questão no município de Aracoiaba.

7.5. PROCEDIMENTOS UTILIZADOS

O passo a passo do trabalho se deu, primeiramente, com a aplicação de questionário com 80 alunos do 6º ao 9º ano da escola Dr^a. Nágila Maria Pontes Paz Passos do município de Aracoiaba (CE) e, em seguida, análise dos resultados da pesquisa e convocação de alguns estudantes para validação de informações.

Figura 1

<p>Nome: _____ Série: _____ Idade: ____ Cor/Raça: () Branca () Parda () Negra () Indígena</p> <p>1- Você gosta de estudar? () Sim () Às vezes () Não</p> <p>2- Você sempre estudou em escolas públicas? () Sim () Não</p> <p>3- Você exerce algum tipo de atividade remunerada? Com que frequência? () Sim. Sempre. () Sim. Quase sempre. () Raramente () Não. Nunca.</p> <p>4- Você exerce algum tipo de atividade obrigatória e que exija esforço, mesmo sem remuneração? () Sim. Sempre. () Sim. Quase sempre. () Raramente () Não. Nunca.</p> <p>5- Você já reprovou algum ano escolar? () Sim () Não</p> <p>6- Como se estrutura sua relação familiar? () Pai, mãe e irmãos. () Mora só com mães ou só com pais. () Mora com avós. () Nunca conheceu os pais biológicos.</p>
--

Em um segundo momento, foi realizada entrevista semiestruturada com estudantes e profissionais envolvidos no assunto e na área da educação para que, logo após esse diálogo, os

diálogos pudessem se estender para as salas de aula como alerta dos malefícios causados pelo trabalho infantil e dos benefícios que somente a educação pode trazer para o futuro dessas crianças e adolescentes.

Em seguida, aconteceu o lançamento do Prêmio PETECA 2017 na escola em diversas categorias para que pudesse ser trabalhado de forma lúdica e criativa o tema do trabalho infantil com os próprios estudantes.

A partir daí, foram realizadas oficinas de conto, poema e desenho em horário extraescolar com os estudantes engajados no programa; bem como gravação de um curta-metragem e de músicas como material didático para ser apresentado nas salas da escola e no município em questão, como forma de alertar e erradicar definitivamente da sociedade aracoiabense o trabalho e a exploração infantil.

7.6. ANÁLISES REALIZADAS

Segundo Creswell (2010), quem desenvolve esse tipo de proposta precisa informar a estratégia específica que pretende usar para coletar e analisar os dados. Dessa forma, as análises foram feitas com base nas respostas dos alunos da rede municipal de ensino do município de Aracoiaba em que foram observados os seguintes pontos durante a aplicação do questionário:

- > Idade
- > Série
- > Cor/Raça
- > Gosto pelos estudos e pelo ambiente escolar
- > Grau de instrução e reprovação
- > Qualidade do ensino público
- > Conjuntura familiar

Esses pontos nos ajudariam a melhor entender o que leva crianças entre 12 a 17 anos ao mercado de trabalho e, por conseguinte, reconhecer os males que essa função de mini-adultos acarretam em suas experiências sociais e educacionais.

Figura 2



Figura 3

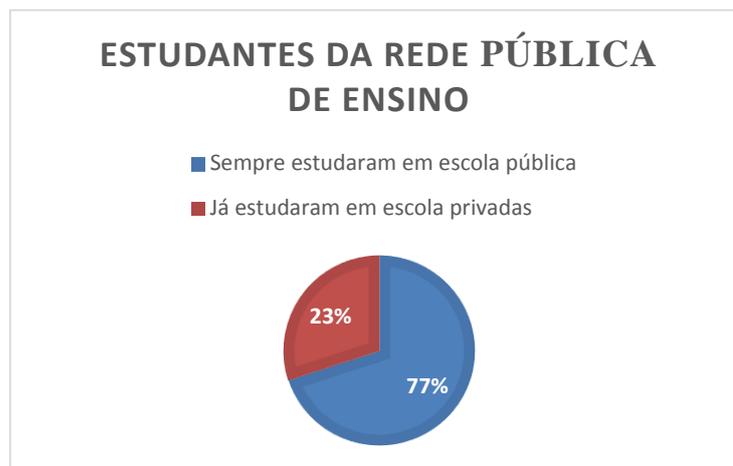


Figura 4

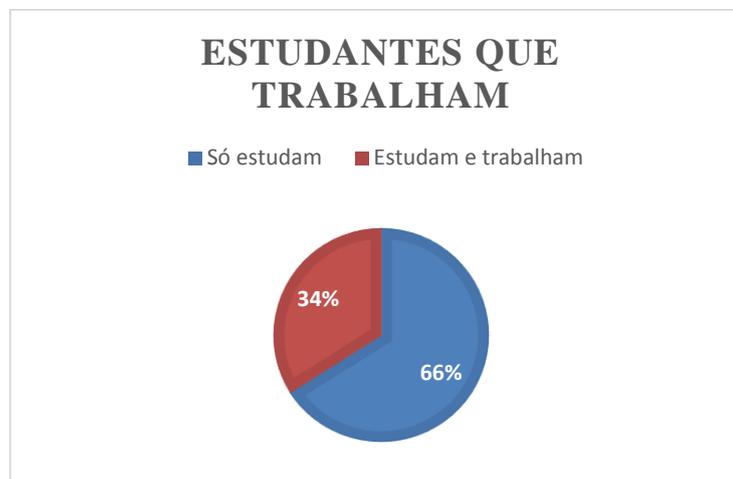
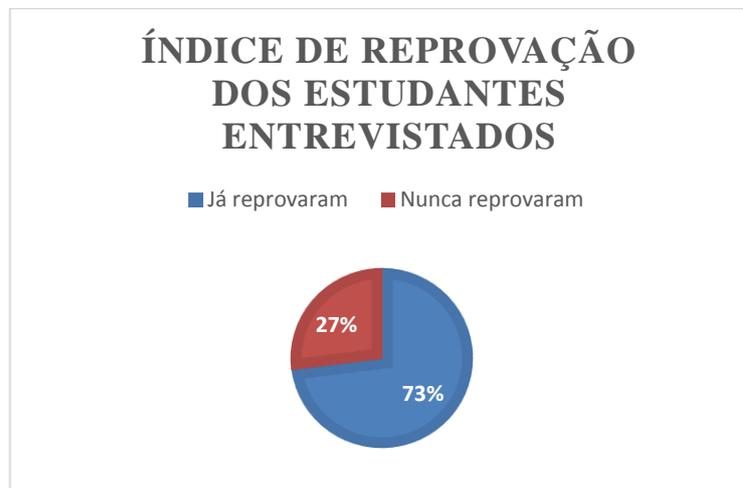


Figura 5



Em um segundo momento, em meio às entrevistas semiestruturadas, a ideia era tornar público o assunto e o que foi detectado nas pesquisas com os alunos, para analisar o papel desempenhado pela educação, mais precisamente pela escola em questão e seus professores, para combater a evasão, incentivar o gosto pelos estudos e erradicar o trabalho e a exploração precoce de crianças do município.

8. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E OUTRAS FONTES

Em levantamento bibliográfico sobre o estado da arte dessa questão à luz do cruzamento das temáticas de infância, escola e trabalho infantil, identifiquei os seguintes autores: Feitoza (2004); Lima (2012); Moraes (2007); Paganini (2011); Simões (2016) e Weller (2006) como sendo as principais referências nos estudos desse campo, sobretudo, entre as décadas de 1980 e 2000 em periódicos científicos brasileiros⁶.

Nesse período, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, a produção acadêmica acerca da arte dessa questão tem sido significativa mais ainda nos últimos anos para compreender a relação entre os tópicos apresentados, anteriormente, no decorrer dessa pesquisa.

⁶ Revista de Ciência da Educação; Cadernos de Pesquisa; Revista Interação em Psicologia.

Para este trabalho, foram identificados e reunidos os autores considerados como sendo a principal referência teórico-metodológica dentro desse campo de estudos que entrecruza as temáticas de infância, trabalho infantil e escola. Tal estratégia me proporcionou inspiração para, a partir dessas experiências de pesquisa privilegiadas, eu puder organizar e sistematizar a delimitação do meu objeto de estudo, bem como o recorte temporal, o instrumental teórico, as perspectivas e as abordagens metodológicas do presente projeto de pesquisa.

Nas pesquisas de Feitoza (2004) e Weller (2006), a proposta é trabalhar com grupos de discussão, relacionando a família e a escola ao problema do trabalho infantil. Na pesquisa de Moraes (2007), há uma revisão bibliográfica acerca de estudos já publicados sobre o assunto nos últimos anos; enquanto Paganini (2011) reflete sobre a historicidade do assunto até a Constituição de 1988. Por mim, beneficiei-me das colaborações de Lima (2012) e Simões (2016) sobre os prejuízos adquiridos com a exploração do trabalho por crianças e adolescentes junto ao papel da escola na erradicação desse problema.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS FONTES

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa. **Educação infantil: na trilha do direito**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ANDRÉ, Marli. Pesquisa em Educação: Buscando rigor e qualidade. **Cadernos de Pesquisa**. Porto Alegre, nº 113, p. 51-64, 2001.

ARELARO, L. R. G. O ensino fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 26, n. 92, p. 1039 – 1066, Out. 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **LDB – Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. MEC, 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Assessoria de Comunicação Social, 2005.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Último acesso: 16/12/2007.

BRITO, Vilma Miranda de e SENNA, Ester. **Ensino fundamental no Brasil: avanços, exigências e desafios**. São Paulo: Unicamp. 2013.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa, métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. São Paulo: Artmed. 2010.

FEITOZA, Izabel e DIMENSTEIN, Magda. Escola, família e trabalho infantil: subjetividade e práticas disciplinares. **Revista Interação em Psicologia**. Rio Grande do Norte, V. 08, nº 02, p. 287-296. 2004.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. UNICEF. **Situação mundial da infância: a questão do trabalho infantil**. Brasília, 1997

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio. **Evolução do ensino fundamental no Brasil**. São Paulo: Instituto Paulo Freire. 2008.

KASSOUF, Ana Lúcia. **O que conhecemos sobre o trabalho infantil?** Belo Horizonte: SciELO, 2000.

LIMA, Antônio de Oliveira. **Programa de Educação Contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente**. Ceará. 2013.

LIMA, Lysne Nôzenir Camelo. **A pedagogia no combate ao trabalho infantil no município de Boa Vista**. São Paulo: UNESP, 2012.

LOURENÇO, Edvânia Souza Ângela. **Reestruturação produtiva, trabalho informal e a invisibilidade social do trabalho de crianças e adolescentes**. São Paulo: Cortez. 2014.

MEDEIROS, Xistos Tiago Neto e MARQUES, Rafael Dias. **Manual de atuação do Ministério Público do Trabalho na prevenção e erradicação do trabalho infantil**. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público Brasileiro, 2013.

MORAES, Rafael Vicente de. **A produção acadêmica sobre trabalho infantil: um olhar nos periódicos científicos brasileiros**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista (UNESP). São Paulo. 2007.

PAGANINI, Juliana. **O trabalho infantil no Brasil: uma história de exploração e sofrimento**. Florianópolis: UNESC, 2011.

PALANGANA, Isilda Campaner. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky: a relevância do social**. São Paulo: Summus, 2001.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ROCHA, Idnelma Lima da. **O ensino fundamental no Brasil: uma análise da efetivação do direito à educação obrigatória**. Alagoas: Anpae. 2012.

SANTOS, J.D.G. et al. **As contribuições da teoria piagetiana para o processo de ensino-aprendizagem**. Ceará: Realize, 2013. 9p.

SCHWARTZMAN, Felipe Farah. **O trabalho infantil no Brasil**. Rio de Janeiro: Simon. 2004.

SILVA, Jociane Pâmera Coutinho e RAMALHO, Rosângela Palhano. **Programa de erradicação do trabalho infantil – PETI, desenvolvido no município de Gurinhém/PB: Um estudo de caso sobre o contexto socioeducativo e assistencialista**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal (modalidade à distância). Universidade Aberta do Brasil (UAB); Universidade Federal da Paraíba. 2004.

SILVA, Maurício Roberto da. Reflexões teórico-metodológicas sobre os dados da exploração do trabalho infantil: ou como transformar crianças e jovens em números. **Revista Pedagógica**. Unochapecó, Santa Catarina, v.12, n. 24, p. 81-118. 2010.

SIMÕES, Janice Macêdo da Matta. **Trabalho infantil – o retrocesso nas possibilidades de desenvolvimento da criança e da sociedade**. São Paulo: Fundação Telefônica, 2016.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, vol.31, n.3, p. 443-466, 2005.

WELLER, Wivian. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 32, n. 2, p. 241-260. 2006.